

# PARECER DO CONSELHO FISCAL E DE RESPONSABILIZAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS DE 2017 DA AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos da Amnistia Internacional Portugal (AIPT), o Conselho Fiscal e de Responsabilização (CFR) analisou o Relatório de Atividades e as Contas do ano de 2017, tendo deliberado por unanimidade emitir o seguinte parecer.

O Conselho Fiscal e de Responsabilização foi eleito para o triénio 2018-2020, na Assembleia Geral de 9 de dezembro de 2017, tendo tomado posse a 21 de janeiro de 2018.

Apesar do relatório de atividades e das contas objeto do presente parecer se reportarem ao período de 2017, o Conselho Fiscal e de Responsabilização obteve da Direção e do CFR cessantes, bem como do departamento financeiro, os esclarecimentos necessários para uma melhor compreensão do relatório de atividades e dos documentos da prestação de contas

## **1. Relatório de Atividades de 2017**

O CFR é da opinião que o Relatório de Atividades de 2017 apresenta informação bastante completa e bem organizada, sendo possível concluir da grande diversidade das atividades conduzidas durante o período de 2017 pela AIPT, na defesa dos Direitos Humanos (DH).

De um modo geral, destacamos e congratulamo-nos com os esforços de melhoria contínua na monitorização das atividades, o empenho na capacitação quer dos órgãos sociais quer das estruturas locais, o trabalho de implementação de boas práticas de governança por parte da Direção e o crescimento da visibilidade da AIPT.

Em particular, a simplificação do modelo de relatório para as estruturas e a sua integração na avaliação do impacto em DH da secção é um trabalho contínuo que, juntamente com a capacitação das estruturas, irá proporcionar uma visão mais ampla e consolidada da organização da AIPT. A capacitação e a maior proximidade da equipa executiva e da direção com as estruturas reforçaram, ainda, no nosso entender, a partilha de valores comuns e um melhor alinhamento do trabalho das estruturas com as práticas desejadas tendo em vista o crescimento sustentado, fortalecendo, em paralelo, o envolvimento dos membros e da generalidade das estruturas.

Gostaríamos, igualmente, de destacar o projeto de Investigação e Advocacia (I&A) que, pese embora esteja ainda em incubação, pode contribuir para uma maior visibilidade do trabalho da AIPT no seio do movimento internacional. Aguardamos com expectativa novidades sobre o trabalho da I&A e do seu impacto que será certamente de grande importância para a AIPT.

O CFR recomenda, assim, a aprovação do Relatório de Atividades da Amnistia Internacional Portugal de 2017.

## **2. Contas de 2017**

Após análise aos documentos da prestação de contas, o CFR considera que foi posto cuidado e rigor na elaboração das contas de 2017 e que estas transmitem uma imagem fiel e verdadeira da posição financeira da AIPT.

A AIPT apresentou um resultado líquido negativo de 4.097,79 euros, um valor muito superior ao resultado orçamentado de -146.992,50 euros, refletindo a política de prudência que pautou a elaboração do orçamento. Por um lado, as quotas e os donativos (regulares e pontuais), bem como o valor obtido da consignação de IRS aumentaram, permitindo um aumento considerável das receitas. Por outro, o cancelamento e adiamento de alguns projetos tiveram impacto na redução de despesas em 10% face ao orçamentado.

Apesar do crescimento significativo (14%) de gastos com o pessoal comparativamente a 2016, estes ficaram aquém do valor orçamentado. O incremento das receitas com quotas e donativos supera o acréscimo dos custos com pessoal, para os quais contribuiu significativamente o reforço das equipas de aquisição e fidelização de membros e

apoiantes (Face 2 Face, Voice 2 Voice e Door 2 Door), confirmando assim o sucesso das medidas implementadas no âmbito do Plano de Crescimento.

Não obstante o resultado negativo do exercício de 2017, a AIPT apresenta uma posição financeira sólida, bem como liquidez e solvabilidade elevadas.

O CFR recomenda, portanto, a aprovação das Contas da Amnistia Internacional Portugal de 2017.

Clara Duarte

Armando Borlido

Maria José Santos